economia

Senado aprova texto-base do ajuste fiscal de até R$ 60 bi

Possíveis alterações estão previstas para serem votadas amanhã

/ CONTAS PÚBLICAS

JONAS PEREIRA/SENADO FEDERAL/DIVULGAÇÃO/JC



Matéria recebeu 45 votos favoráveis e 31 contrários na sessão de quinta

O texto-base da proposta do governo federal para um ajuste fiscal com potencial de gerar economia entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões em 2027 foi aprovado na noite de quinta-feira no Senado. A matéria recebeu 45 votos favoráveis e 31 contrários. O próximo passo será a análise de possíveis alterações no texto, cuja votação está prevista para esta terça-feira na Casa. Na ocasião, o plenário vai deliberar quatro pedidos de votação em separado de dispositivos do texto. Esses destaques são os instrumentos usados pelos parlamentares quando querem votar alguma mudança na matéria. Somente ao final dessa análise o texto será encaminhado para apreciação na Câmara dos Deputados.

As ações diminuem espaço para o aumento de despesas e permitem ao governo ampliar o controle dos gastos públicos com o objetivo de cumprir a meta do próximo ano.

A proposta foi apresentada na quarta-feira pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional. Na sequência, o senador Jaques Wagner (PT-BA) apresentou o texto para ser apreciado no Senado.

Segundo ele, a proposição representa "relevante avanço em direção a uma reforma visando à modernização do orçamento público, de modo a combinar entregas à sociedade e responsabilidade fiscal".

O relator do projeto no Senado, Eduardo Baga (MDB-AM), propôs substitutivo com "ajustes de texto com vistas ao aperfeiçoamento da proposição".

Como senadores da oposição manifestaram contrariedade com a urgência da votação, Alcolumbre decidiu pela suspensão da sessão, mas destacou que o quórum será mantido para a sessão desta quinta-feira.

Uma das principais medidas citadas no projeto apresentado por Moretti prevê mecanismo adicional de contenção de despesas. A proposta permitirá limitar o crescimento real dos gastos federais a 2% em 2027, caso as projeções indiquem risco de descumprimento do limite inferior da meta fiscal.

Atualmente, o arcabouço fiscal prevê crescimento real de até 2,5%. A redução poderá representar uma contenção adicional de R$ 12,8 bilhões no Orçamento.

O bloqueio, que não poderá ser revertido durante o exercício mesmo em caso de melhora na arrecadação, busca evitar a liberação posterior de recursos que comprometa o cumprimento da meta fiscal.

O projeto também cita mudanças na política de incentivos fiscais e nos mecanismos de compensação tributária utilizados pelas empresas.

Entenda as medidas:

Trava para gastos
Uma das principais medidas citadas no projeto apresentado por Moretti prevê mecanismo adicional de contenção de despesas. A proposta permitirá limitar o crescimento real dos gastos federais a 2% em 2027, caso as projeções indiquem risco de descumprimento do limite inferior da meta fiscal.
Atualmente, o arcabouço fiscal prevê crescimento real de até 2,5%. A redução poderá representar uma contenção adicional de R$ 12,8 bilhões no Orçamento.
O bloqueio, que não poderá ser revertido durante o exercício mesmo em caso de melhora na arrecadação, busca evitar a liberação posterior de recursos que comprometa o cumprimento da meta fiscal.

Incentivos fiscais
O projeto também cita mudanças na política de incentivos fiscais e nos mecanismos de compensação tributária utilizados pelas empresas.
Entre as medidas em discussão estão:
- **Benefícios fiscais:** redução linear adicional de 10% nas isenções e nos incentivos tributários concedidos a setores da economia.
- **Compensações tributárias:** limitação do uso de créditos que empresas possuem junto à Receita Federal para quitar impostos.
- **Supersalários:** revisão de privilégios e despesas consideradas excessivas.
- **Contingenciamento:** ampliação dos mecanismos de bloqueio de despesas durante a execução orçamentária.

A equipe econômica avalia que a revisão dos incentivos poderá melhorar a arrecadação e reduzir distorções na concessão de benefícios tributários.

Cálculo da saúde
Outra medida envolve a metodologia de cálculo do piso constitucional da saúde. O governo pretende excluir receitas extraordinárias provenientes da exploração de petróleo e gás da base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), utilizada para definir o valor mínimo de aplicação no setor.
A mudança, já adotada em 2026, tem caráter temporário. Com o projeto, a intenção é estender a regra até 2030.

Meta fiscal
O pacote integra a estratégia do governo para alcançar superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2027, equivalente a R$ 73,2 bilhões.
O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo, sem considerar os juros da dívida pública.
A equipe econômica também pretende manter a trajetória de ajuste nos anos seguintes, com a expectativa de alcançar superávit de 1,5% do PIB em 2030. Para isso, considera necessário melhorar o resultado primário e ampliar os mecanismos de controle dos gastos.

Ministro diz que governo adotará novas medidas se necessário, mas descarta desvincular benefícios

O ministro Bruno Moretti afirmou na sexta-feira que o governo Lula (PT) poderá adotar novas medidas fiscais, caso seja necessário, para assegurar o cumprimento da meta de superávit primário em 2027. Ele descartou, porém, a possibilidade de desvincular aposentadorias e benefícios assistenciais do salário mínimo, uma das alternativas discutidas no debate sobre o ajuste das contas públicas.

Em entrevista à GloboNews, Moretti disse que a prioridade do Executivo neste momento é concluir a negociação do projeto de ajuste fiscal, apelidado de "plano Moretti", em tramitação no Congresso Nacional.

Segundo ele, o governo está disposto a discutir iniciativas adicionais para melhorar o resultado das contas públicas, desde que sejam preservadas as políticas sociais consideradas prioritárias. "Quaisquer medidas que sejam necessárias para que esse cenário de melhora do resultado fiscal se consolide, nós vamos discutir", afirmou.

Questionado especificamente sobre a possibilidade de desvincular as aposentadorias e de benefícios como o BPC (Benefício de Prestação Continuada) do salário mínimo, Moretti rejeitou a hipótese. "Em relação às medidas de desvinculação, de BPC, que você mencionou, não estão na agenda do governo", disse.

O BPC oferece um salário mínimo mensal a idosos a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência, de baixa renda. A desvinculação permitiria que o benefício fosse reajustado por critérios diferentes dos aplicados ao piso nacional, reduzindo o ritmo de crescimento dessas despesas.

A medida é discutida no debate econômico como uma alternativa para conter o avanço dos gastos obrigatórios, que pressionam o Orçamento. Moretti, no entanto, reafirmou que o governo não pretende rever a política de valorização do salário mínimo nem rever os pisos da saúde e da educação.

"A agenda do governo é uma agenda de melhorar os resultados primários, entregar as contas públicas no azul já no ano que vem, mas fazê-lo sem retirada de direitos, fazê-lo sem revisão de salário mínimo, sem alterar pisos de saúde e educação", afirmou.

Segundo Moretti, o projeto em discussão no Congresso é fundamental para viabilizar a votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da LOA (Lei Orçamentária Anual), consolidando a previsão de superávit primário para 2027.

Ele afirmou que ainda é necessário concluir a votação de destaques no Senado, prevista para a próxima semana, e avançar nas negociações com a Câmara dos Deputados, que já estariam em andamento.

Moretti também disse acreditar que a aprovação da proposta levará o mercado financeiro a rever suas projeções para o resultado das contas públicas no próximo ano. "Realmente eu creio que, uma vez absorvidos os efeitos desse projeto, os cenários de resultado primário para o ano que vem já mudarão", afirmou.

O plenário do Senado Federal aprovou na quinta-feira (12) o texto-base do plano de ajuste do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com medidas para ajudar a equipe econômica a buscar o centro da meta de resultado primário (diferença entre receitas e despesas descontado o serviço da dívida pública).

As medidas do "plano Moretti" criam um piso de contingenciamento, como antecipou a Folha de S.Paulo. Também permitem a ampliação do esforço fiscal por meio da contenção de gastos obrigatórios, hoje imunes ao congelamento de verbas.

Embora essas ações ajudem a desacelerar a expansão de gastos - uma das principais preocupações dos economistas -, outra parte significativa do ajuste continuará ancorada na obtenção de mais receitas.